



CORREIO DE COIMBRA

SEMANÁRIO DA DIOCESE DE COIMBRA | DIRETORA: SÓNIA NEVES
ANO 104 | N.º 5057 | 5 DE MARÇO DE 2026 | GRATUITO



Missão País 2026

«A Paz seja convosco»

VISITE-NOS EM WWW.CORREIODECOIMBRA.PT

DESTAQUES

05 DIOCESE

ROTEIRO ESPIRITUAL DE MARÇO

“Reconciliai-vos com Deus e...”

05 DIOCESE

VISITA PASTORAL À UP MIRA

Seis dias de encontros

06 GRANDE PLANO

MISSÃO PAÍS

«A Paz seja convosco», na Pocariça

15 PARA NOS PENSARMOS

OPINIÃO DE QUEM NOS ACOMPANHA

Jorge Cotovio; Isabel Maia -
CDJP, Ana Faria (SDEC)

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

Seminário Maior de Coimbra
Contr. n.º 500792291
Registo n.º 101917
Depósito Legal n.º 2015/83

DIRETORA

Sónia Neves (CP 5775)

ADMINISTRAÇÃO E EDIÇÃO

Communis Missio
- Instituto Diocesano de Comunicação
Centro Pastoral Diocesano Coimbra
Rua Domingos Vandelli, n.º 2
3004-547 Coimbra

GRAFISMO / PAGINAÇÃO

Frederico Martins - fredericomartins.pt

REDAÇÃO

Rua Domingos Vandelli, 2
3004-547 COIMBRA
redacao@correiodecoimbra.pt
Telef. 239 792 344 (Chamada para a rede fixa nacional)

DONATIVOS

assinaturas.jornal@gmail.com

SUPLEMENTO

suplemento@correiodecoimbra.pt

COLABORADORES

Os artigos de opinião são da responsabilidade dos seus autores. As imagens e textos da secção Suplemento “Igreja Viva” são da responsabilidade dos respetivos colaboradores.

ESTATUTO EDITORIAL

www.correiodecoimbra.pt

PUB

Porto | Coimbra | O. Azeméis | Leiria | Lisboa

FREGO
CORRETORES DE SEGUROS • INSURANCE BROKERS

+45 anos
De experiência na gestão de soluções diferenciadoras para riscos empresariais

www.frego.pt
geral@frego.pt

F. REGO - Corretores de Seguros, S.A. Mediador de Seguros inscrito em 27-01-2007 na ASF, categoria de Corretor de Seguros n.º 607110281/3, com autorização para os ramos Vida e Não Vida (www.asf.com.pt). A F. REGO não assume a cobertura dos riscos contratualizados.

CORREIO DE
COIMBRA

Semanário da Diocese de Coimbra



«Lá para a Páscoa»

Recentemente, numa das piscinas da nossa região, encontrei uma jovem grávida. A conversa despontou e discretamente, como se impõe naquele ambiente, contou, entre sorrisos, que esperava o bebé “lá para a Páscoa”. Eis a expressão que trago hoje, podia ter partilhado uma data aproximada, um dia do calendário mas não, situou-se, e quis situar-me, no tempo litúrgico.

Que bela metáfora ali me suscitou, a Páscoa por excelência a festa dos cristãos, da alegria e vida nova, naquele caso iria, literalmente, trazer uma vida nova aquela mulher, ao pai e restante família. Naquela piscina onde muitos aprendem a nadar e outros se exercitam estava a acontecer a preparação de um nascimento, acredito que cada vida que desponta é uma promessa de que o ciclo da renovação não se interrompeu.

Renovação e transformação são também palavras usadas no Grande Plano desta semana sobre a Missão País. Várias paróquias da diocese de Coimbra receberam grupos de jovens universitários que reservam uma semana das suas férias, entre semestres, para ir ao encontro de aldeias e vilas mais envelhecidas, fazer companhia e prestar serviço comunitário.

Assim aconteceu durante três anos na Pocariça, em Cantanhede, e este ano o ambiente era de despedida. O *Correio de Coimbra* esteve lá e percebeu a hospitalidade dada aos jovens que não esquecem aquela comunidade, sentiram-se transformados e prometem voltar.

O lema que este ano carregavam no peito era “A Paz seja convosco”, uma temática que aponta e até colide com o mundo à nossa volta! Dias depois desta reportagem as tensões no Médio Oriente aumentavam e os céus voltavam a iluminar-se pelos sinais da guerra.

A instabilidade geopolítica recorda-nos que a paz é um cristal frágil, constantemente ameaçado pelo orgulho e pelo medo. Que este tempo de Quaresma e a proximidade da Páscoa nos desafiem a ser, como os jovens da Missão País, portadores de uma esperança ativa.

Por muito que as armas troquem de mãos é no cuidado com a vida que reside a nossa única e verdadeira vitória. “Lá para a Páscoa”, seja a expressão que nos move e anima a cada dia, acreditando que a “paz seja connosco”. 🙏



ÍNDICE

05 DIOCESE



06 GRANDE PLANO

15 PARA NOS PENSARMOS

22 LITURGIA

26 AGENDA



COMO COLABORAR!

Numa lógica de serviço eclesial e de evangelização, o jornal diocesano *Correio de Coimbra* passou a ser gratuito na sua nova edição em suporte digital.

Comporta, contudo, custos.

Se quiser ajudar a Diocese de Coimbra a suportar financeiramente este serviço, poderá fazê-lo junto dos serviços administrativos (Seminário Maior, Casa Nova) ou por transferência bancária para o IBAN:

PT50 0018 0003 4059 0291 0201 3

Titular da conta é a COMMUNIS MISSIO - Instituto Diocesano de Comunicação.
Banco: Santander Totta S.A.

Ao fazer transferência bancária, pedimos o favor de nos **enviar o comprovativo** da mesma **para** o email **assinaturas.jornal@gmail.com**, identificando o nome da pessoa/entidade e o NIF.

O *Correio de Coimbra* é **um serviço gratuito** à missão evangelizadora da nossa Diocese.

Colabore com o seu donativo para o manter e qualificar.

Muito obrigado.



DIOCESE



Bispo de Coimbra vai iniciar visita pastoral à UP de Mira

A Unidade Pastoral (UP) de Mira vai receber o Bispo de Coimbra em visita pastoral em seis dias, de 6 a 8 e de 13 a 15 de março, num programa vasto em celebrações e encontros com instituições sociais, o mundo empresarial e a juventude.

[LER MAIS >](#)



Roteiro espiritual de março convida à reconciliação

A diocese de Coimbra lança o “roteiro espiritual” para o mês de março com a intenção de “fazer caminho interior, como peregrinação” em tempo de Quaresma, que possa levar cada um a “acolher o perdão e ser misericordioso”.

[LER MAIS >](#)



26 catecúmenos adultos foram apresentados à diocese

Um grupo de 26 catecúmenos adultos apresentaram-se à comunidade diocesana na missa das 11h15, no passado dia 22 de fevereiro, na Sé Nova de Coimbra.

[LER MAIS >](#)





POCARIÇA: TRÊS ANOS A ACOLHER

60 jovens universitários da Faculdade de Direito de Lisboa passaram uma semana de férias a fazer “Missão País”. A Pocarica foi o destino, o acolhimento foi constante, uma comunidade que abriu não só as portas de casa, mas também as do coração.



VICENTE GRAÇA E CARMO CUNHA - CHEFES DA MISSÃO PAÍS

«Sentimo-nos completamente em casa»



O cenário é de desconforto aparente, dormem no chão, longe das comodidades de casa e em pleno tempo de férias, os estudantes universitários fizeram Missão País, dinâmica que nasceu há mais de 20 anos no movimento de Schoenstatt e se espalhou por várias Faculdades do país.

É o terceiro ano que estiveram na Pocariça, local a que já chamam "casa". Os sorrisos dos chefes de missão, Vicente Graça e Carmo Cunha, desmentem qualquer sacrifício, são alunos do 3º ano de Direito em Lisboa e este ano trocaram a ação direta no terreno pela logística e coordenação.

Vicente Graça e Carmo Cunha, é a vossa primeira vez como chefes da Missão País?

Carmo Cunha: Sim, ambos estamos no nosso terceiro ano de missão, aqui. Nós abrimos a missão na Pocariça há três anos e agora viemos fechá-la. É a nossa primeira vez como chefes.



Nós abrimos a missão na Pocariça há três anos e agora viemos fechá-la.

Vicente Graça: Confesso que não estava muito à espera de ser chefe. Até gosto mais de "missionar"

diretamente, mas ser chefe é uma experiência muito diferente e muito boa. O chefe geral do ano passado, o Jaime, dizia-me que a grande alegria era chegar às comunidades e ver a alegria dos missionários a darem-se aos outros. Ver o que preparámos no papel, nos Excel's, a concretizar-se com caras e nomes, traz todo o sentido.

Como chefes, estão mais atentos à evolução dos missionários durante esta semana?

Vicente Graça: Com certeza. Antes da semana começar, tínhamos funções logísticas. Agora, estamos atentos a tudo, a "apagar fogos" e a acompanhar o plano geral.

Carmo Cunha: Nós circulamos por todas as comunidades, visitamos todas, desde a creche ao lar, a equipa do porta a porta, escolas, a comunidade do teatro e aqui das obras, onde vai nascer um novo



posto de enfermagem na Pocariça... Enquanto os missionários veem apenas o que se passa no seu grupo de sete ou oito pessoas, nós conseguimos ver a evolução de todos.

Vicente Graça : E além disso na oração da manhã rezamos sempre pelo dia, pelas pessoas que vamos encontrar e depois deixamos palavras de ânimo a todos, porque só nos reencontramos em grupo grande ao fim do dia.

Três anos depois, o último de missão aqui, que transformações notam na comunidade e na forma como vos veem?

Vicente Graça : Quando vim no primeiro ano não fazia a menor ideia onde era a Pocariça! Foi tudo uma novidade.

Carmo Cunha : Esta comunidade é das mais acolhedoras que já vi. Não passamos um dia sem que nos deem tudo: comida, aquecedores, mantas... Eles querem mesmo receber bem. E este ano, por ser o último, nota-se que querem aproveitar ainda mais tudo o que fazemos.

Vicente Graça : Houve frutos concretos. O presidente da Junta contou-nos estes dias que a Missão País impulsionou o movimento da Mãe Peregrina



aqui, imagem que nos acompanha em cada comunidade de Missão. Agora há cerca de 100 famílias na comunidade a acolher a Mãe Peregrina em suas casas. Criou-se uma amizade profunda e qualquer pessoa na rua sabe o nome dos missionários antigos. Sentimo-nos completamente em casa.

O tema deste ano é "A Paz seja convosco". É essa a mensagem que querem deixar?

Vicente Graça : Sim. Este tema foi escolhido pela equipa nacional de espiritualidade e faz todo o sentido, não só pelas guerras no mundo, mas pelas guerras que vivemos dentro de nós. Escolheram o "seja" porque é um verbo que permanece, é quase eterno. Queremos passar a ideia de que é possível ter paz mesmo no meio da "trapalhada" das nossas cabeças.

Mas como se encontra paz no meio do rebuliço de uma missão em tempo de férias?

Carmo Cunha : É uma semana boa para parar e pensar, o que é essencial hoje em dia, pois estamos sempre cheios de distrações. Aqui, somos convidados a ganhar paz no desconforto. Estamos a explorar muito o tema das fragilidades e das dúvidas, tal como São Tomé no Evangelho. Convidamos os jovens a encararem as suas fragilidades e a rezarem sobre elas.





Convidamos os jovens a encararem as suas fragilidades e a rezarem sobre elas.

Além da companhia, o que é que sentem que oferecem a esta comunidade?

Carmo Cunha : Oferecemos uma "lufada de ar fresco". Esta é uma comunidade um pouco envelhecida que, se calhar, não está habituada a ver tantos jovens a acreditar em Deus e a querer viver a fé, com este entusiasmo e alegria.



Aqui deixamos a marca da nossa fé.

Vicente Graça : Aqui deixamos a marca da nossa fé. Esta comunidade só costuma ter missa ao domingo e à quinta-feira. Com a nossa vinda, como temos um sacerdote que nos acompanha, há missa diária e a igreja está sempre completamente cheia, desde os mais novos aos mais velhos. Vê-se a felicidade deles. Além disso, passamos por todo o lado: creches, secundário, lares, hospitais... A nossa presença, a nossa cruz, toca as pessoas de maneira diferente. No hospital, por exemplo, as pessoas estão mais frágeis, mas querem muito conversar e rezar connosco.



Que mensagem deixariam a quem tem dúvidas sobre participar na Missão País?

Vicente Graça : Arrisquem! Experimentem. Esta semana pode parecer retirada das nossas férias, mas bem vivida consegue ser a melhor semana do ano.

Carmo Cunha : É quase contraditória a alegria que se vive mesmo no desconforto. Não estamos em nossa casa, dormimos no chão, mas saímos daqui transformados. Não há uma única missão no país onde não saiam cerca de 60 jovens transformados no final da semana.

“

Não há uma única missão no país onde não saiam cerca de 60 jovens transformados no final da semana.



TESTEMUNHOS



Salvador Pita Negrão cumpre o seu terceiro ano de missão na Pocariça. Depois de dois anos “reservado” no teatro, o futuro advogado trocou o palco pelo “porta a porta”, confrontando-se agora com a solidão e a riqueza das histórias de quem vive na freguesia.

Salvador Pita Negrão, natural de Lisboa e ligado ao movimento de Schoenstatt, um dos pilares fundadores da Missão País, confessa que, quando chegou à Pocariça pela primeira vez, não sabia sequer onde ficava a localidade. Três anos depois descreve como uma das experiências mais bonitas da sua vida.

Embora a experiência tenha sido positiva na comunidade do teatro, o jovem reconhece que estava mais “preservado” do contacto direto com a população e, este ano, o desafio é o **porta a porta**, uma atividade que o coloca no coração da comunidade.

“Este ano estou mais ligado e mais dentro da Pocariça. É bom porque, sendo o terceiro ano, as pessoas já nos conhecem e abrem a porta com mais facilidade”, explica.

No entanto, o grupo não se limita ao que já conhece: “Vamos agora para o Montinho, um sítio onde nunca fizemos porta a porta, para tentarmos chegar também a eles”.

A transição para o contacto direto trouxe a Salvador uma realidade mais crua e desafiante.

“Ontem fomos à casa de um senhor que não saía de casa há 15 dias. Insistimos para ele sair, mas ele não quis. Vamos lá voltar mais vezes esta semana a ver se conseguimos”, conta Salvador.

“Sinto mais aquilo que as pessoas dizem... é complicado, mas é muito bom. É um ótimo treino para quem quer ser advogado”, partilha.

Para Salvador, a marca que a Missão País deixa na Pocariça é a de ter “mexido com a terra”, pois nota que, desde a primeira edição, as pessoas vivem na expectativa do regresso dos jovens no ano seguinte.

Apesar de ser o último ano oficial do projeto nesta localidade, o balanço é de uma gratidão profunda.

“Acho que o que fica é a amizade. Vamos querer voltar aqui de certeza absoluta”, conclui.





*Estudante finalista de Direito em Lisboa, **João Perestrello** vive o seu terceiro ano de missão na Pocariça como um fecho de etapa. Depois de passar pelo contacto direto com crianças e pelo “porta a porta”, abraça agora o palco, onde a generosidade e a cumplicidade se tornam a última oferta à comunidade.*

A educação de João Perestrello esteve ligada aos Salesianos do Estoril onde teve o seu primeiro choque de realidade com uma missão ainda no 12.º ano. No entanto, confessa que a Pocariça, localidade que não sabia onde ficava até ao primeiro ano de faculdade, se tornou um lugar absolutamente especial.

No seu último ano de curso, João sentiu que “fazia todo o sentido voltar”. Recorda com emoção a receção e a despedida “apoteóticas” que teve nas edições anteriores e sublinha a tranquilidade de quem regressa a um lugar onde nunca se sente sozinho.

“Fomos sempre tão bem recebidos e protegidos por quem cá vive que tudo se torna mais fácil”, explica, referindo-se ao carinho da população.

Ao longo destes três anos, João percorreu valências distintas da Missão País. No primeiro ano esteve no Primeiro Ciclo, onde se surpreendeu com as perguntas “extraordinariamente inteligentes” de crianças para quem a missão era, muitas vezes, o primeiro contacto com a realidade cristã.

No segundo ano viveu a “adrenalina” do Porta a Porta e confessou que “gosto particularmente da

incerteza relativamente ao abrir a porta e ao que daí vem”.

“As pessoas abrem-nos a porta por aquilo que representamos; compreendem que vem dali uma boa intenção”, explica.

Neste terceiro ano, João dedica-se ao teatro. Embora alguns missionários considerem esta valência mais isolada, por não permitir o contacto constante com a rua, João sente-se um privilegiado por já trazer consigo o “calor humano” dos anos anteriores.

Sobre o espetáculo deste ano, o jovem referiu algo diferente do habitual e que resultou de uma grande aposta da direção nacional.

“O teatro vive da generosidade e da cumplicidade entre os atores, que são também princípios da Missão País”, recorda.

Para João, o palco é o lugar onde “o ridículo não existe”, sendo apenas uma construção social que dá lugar à entrega total; uma encenação musical “como auge desta caminhada” e uma oferta em sinal de gratidão à comunidade da Pocariça, “que tão bem soube acolher”.





Leonor Lourenço, estudante do segundo ano de Direito em Lisboa, vive uma ligação especial com a Missão País. Nascida em Coimbra e com familiares na Pocariça, a jovem partilha como a experiência na creche e no lar de cuidados continuados moldou a sua fé e a sua visão sobre a fragilidade humana.

Para Leonor Lourenço, a Missão País na Pocariça é mais do que uma semana de voluntariado universitário; é um reencontro com as suas próprias raízes. Embora estude em Lisboa, Leonor nasceu em Coimbra e mantém laços familiares na freguesia, onde os primos dos seus avós ainda residem. No seu segundo ano de missão, e no último ciclo do projeto nesta localidade, a estudante de Direito confessa que a experiência tem sido marcada por uma hospitalidade sem paralelo.

Se no ano passado o desafio passou pelo Lar de Cantanhede, num ambiente de cuidados continuados que Leonor descreve como “intenso” e um “choque de fragilidade”, este ano a missão desenrola-se entre os sorrisos da creche.

“O lar foi mais desafiante. No início, não sabia bem como abordar as pessoas ou que temas evitar, mas houve uma evolução e conseguimos chegar a elas”, recorda.

Já com as crianças, o ambiente é de “inocência e diversão”. Leonor destaca a confiança imediata dos mais pequenos: “Entramos numa sala e eles vêm logo todos abraçar-nos. É muito giro ver esta confiança que têm em nós e a vontade de brincar”.

Com uma educação católica ligada aos Jesuítas, Leonor estava habituada à vivências de fé entre jovens, mas a convivência com a comunidade da Pocariça trouxe-lhe uma nova perspetiva, tem sido um motor de crescimento pessoal e espiritual.

“É uma fé mais tradicional, mas é muito bom ver a dedicação que estas pessoas têm à sua igreja e à sua comunidade. Tratam-nos com um carinho imenso e deixam-nos fazer parte disto”, explica.

A Missão País não termina quando os estudantes regressam a Lisboa. Leonor afirma que a missão lhe permitiu entrar na faculdade “com novos olhos”. Além das amizades profundas criadas durante a semana, a experiência teve um impacto “bastante positivo” na sua fé e na forma como se posiciona enquanto pessoa.

“Aprendemos sempre coisas novas com as pessoas da Pocariça”, conclui Leonor, sublinhando que, apesar de ser o último ano de missão nesta terra, as lições de hospitalidade e de carinho da comunidade ficarão gravadas na sua vida para sempre.





Manuel Paulo, estudante do 4.º ano de Direito em Lisboa, cumpre o seu quinto ano consecutivo de missão. No adeus da Faculdade de Direito à Pocariça, o jovem aponta a alegria cristã e o impacto de um projeto que, mais do que rostos individuais, leva a presença da Igreja a cada casa.

Para Manuel Paulo, a Missão País não é uma realidade estranha. Com irmãos mais velhos que já tinham participado, o estudante natural de Lisboa iniciou o seu percurso missionário ainda antes de entrar na faculdade. Hoje, no quarto ano do curso e no seu quinto ano de missão seguido, Manuel olha para a vila da Pocariça com um sentimento “agridoce”.

Com um percurso cristão marcado pela ligação a associações católicas de campos de férias, como “Carraças” e “Pegadas” (esta última dedicada a crianças de bairros sociais), e pela passagem pelas Equipas de Jovens de Nossa Senhora, Manuel vê na Missão País a oportunidade ideal para um jovem católico, o “projeto facilita a entrega da mensagem de Deus”, o principal objetivo..

“É uma oportunidade de servir e de fazer algo maior do que nós, muito concreto”, afirma.

Embora este seja o seu segundo ano na vila, Manuel destaca a forma excepcional como foram recebidos desde o início.

“A Pocariça é uma terra especial pela maneira como nos recebeu. As pessoas abrem-nos as portas, e é engraçado ver que, quando perguntam se já cá estávamos no ano passado e dizemos que não, pouco lhes interessa; elas estão a abrir as portas à Missão País”, explica.

Para Manuel, este gesto tem um significado profundo: “As pessoas não me abrem a porta porque eu sou o Manuel e sou muito simpático, é porque estou com uma t-shirt que tem uma cruz. Abrem a porta à Igreja toda”.

Este ano, Manuel integra a equipa de Teatro, uma comunidade que descreve como sendo, por vezes, mais desafiante por não permitir um contacto tão direto e constante com as pessoas como outras atividades mas sublinha a importância desta vertente no encerramento da missão.

“Este último teatro vai ser no último dia em que vamos estar cá na Pocariça nestes três anos. Vai marcar o fecho do ciclo”, refere.

Quanto ao legado que os estudantes deixam, Manuel define que o objetivo é deixar uma alegria que não lhes pertence.

“A base da alegria é sempre a mesma: é a alegria de Cristo, da Igreja, que é completamente diferente de todas as outras”, aponta.

A terminar, o missionário garante que a Faculdade de Direito de Lisboa não esquecerá a hospitalidade da localidade.

“Tenho a certeza que a Faculdade não se vai esquecer da Pocariça e que a Pocariça se lembrará da Missão País durante algum tempo”, conclui.





PARA NOS PENSARMOS



A presidência das comunidades (III)

Jorge Cotovio | jfcotovio@gmail.com

Depois da **parte I** e **parte II**, concluo, por ora, a reflexão sobre o futuro próximo da nossa Igreja “sinodal” no tocante à questão sensível da liderança das comunidades. Acreditando que os *sinais dos tempos* (e as circunstâncias) nos apontam novos voos, arrojados, com o protagonismo dos leigos, quero agora olhar para a história recente da nossa diocese, a este nível, e depois retirar algumas ilações.

Quando a falta de presbíteros se intensificou, pelos anos oitenta do século passado, a solução (natural) encontrada foi a atribuição de várias paróquias ao mesmo sacerdote, conforme a sua dimensão. Findava, pois, a tradição secular de (pelo menos) um padre, uma paróquia.

Sem mudanças na organização territorial, e as acumulações recaindo sobre os cada vez menos presbíteros diocesanos, ao invés de se apostar nos leigos, vendo-os como um digno e legítimo recurso, recorre-se a sacerdotes estrangeiros, primeiro oriundos do Brasil, e, mais tarde, vindos de Angola, sobretudo da diocese de Benguela (também se recorre a religiosos, mas com menor expressão).

Com esta “importação” de presbíteros, sentia-se, perfeitamente, que estávamos perante uma solução de recurso, e não uma solução sustentada.

A par de uma grande aposta nas vocações sacerdotais, avança-se, na década de noventa, para uma outra estratégia: a recuperação do diacónico permanente. Os primeiros diáconos, ordenados logo no início deste século, são uma mais-valia para a manutenção da Igreja clerical existente. Ou seja, olharam-se os leigos não para eles assumirem a sua “vocação admirável” (LG 34) na geometria eclesial, mas sim para os clericalizar (um diácono, qualquer que seja o seu estado civil, pertence ao clero). A experiência resultou e neste momento temos um número considerável de diáconos que, realizando um trabalho extraordinário, ajudam a atenuar as consequências da falta de sacerdotes.

Entretanto, já nos últimos 15 anos, perante a desertificação de muitas aldeias (e vilas) e a crescente escassez de presbíteros, o olhar *visionário* do Bispo Virgílio Antunes conduz à reformulação profunda da organização territorial, com a criação das Unidades Pastorais e dos seus órgãos de



participação e corresponsabilidade – a Equipa de Animação Pastoral e o Conselho Pastoral. Os leigos tendem a assumir mais responsabilidade, mas numa Igreja que continua fortemente hierarquizada, secundarizando o seu papel.

Entretanto, o Papa Francisco e o Sínodo sobre a sinodalidade parecem querer romper, radicalmente, com esta visão de Igreja. Já no ocaso da sua vida, em 2023, Francisco repete esta ideia central que defendia desde o início do seu mandato: “Chegou a hora de pastores e leigos caminharem juntos em cada âmbito da vida da Igreja, em todas as partes do mundo. Os fiéis leigos não são ‘hóspedes’ na Igreja, estão em sua casa, por isso são chamados a cuidar da própria casa.”

Com todos estes apelos, parece ter (finalmente) chegada a hora de os leigos também terem possibilidade de “cuidar da sua própria casa”! Mas...

“Malheureusement”, como diriam os franceses, não creio que isto suceda nos tempos mais próximos. Continua a reinar muita desconfiança acerca dos leigos, esquecendo os críticos que parte significativa deles são “elas” – mulheres que, além de estarem, desde sempre, afastadas de uma “carreira eclesial” (somente por razões “teológicas, históricas e culturais”) também constituem a maioria deste pelotão de fiéis leigos, mais vistos como “hóspedes” do que como “coproprietários”. (A este propósito, é oportuníssima esta citação do teólogo alemão Gisbert Greshake, referida pelo Pe. Nuno Santos na Jornada Pastoral de 2025: **“A Igreja do futuro será uma Igreja de leigos, mas em particular será uma Igreja de mulheres”**).

São muitos os argumentos reativos: *os leigos querem é mandar e depois ainda são mais clericais do que os padres; não assumem devidamente os compromissos; não têm formação adequada;*

em muitas comunidades simplesmente não existe gente válida para delegar; começam com muita vontade, mas depois desistem perante as dificuldades e as chatices; etc. A razão principal, quanto a mim, reside na *perda* de controlo da situação por parte de quem dirige os destinos de uma Igreja particular. Um ministro ordenado, até no grau *mais baixo* (diaconado) tem o “voto de obediência” ao ordinário diocesano; um leigo não tem. É (mais ou menos) *livre*. E qualquer cenário que envolva a presidência de uma comunidade nestas condições é vista como um tremendíssimo risco (como se não houvesse outros riscos “tremendos” com a atribuição de altas (e médias e baixas) responsabilidades a ministros ordenados...). Pregamos muito os “hospitais de campanha”, sujeitos às *intempéries*, mas aconchegamo-nos na Igreja piramidal, cheia de normas, certezas e seguranças... “Valha-nos Deus”!

Como tal, mesmo com recomendações e pistas muito ousadas, tais como a abertura a **“formas inéditas de ação pastoral”** (§117 do documento final do Sínodo), a par de tantas outras intervenções a apelar para a “sinodalidade”, só verei os leigos a caminhar “efetivamente” **ao lado** dos clérigos quando já não houver presbíteros e diáconos em número suficiente para garantir “os mínimos” exigidos para a sustentabilidade das comunidades. Estarei a exagerar?

Paradoxalmente, segundo o “princípio da subsidiariedade” – tão referido nos documentos do Magistério da Igreja –, devia suceder precisamente o oposto: os leigos cuidarem, sobremaneira, das suas comunidades, naturalmente com o contributo dos clérigos, cada qual assumindo as suas vocações específicas, sem atropelos, sem amuos e... *syn*, juntos, *lado-a-lado*.

Pura utopia? 🤖





CDJP

A verdade não pode ser uma arma

Isabel Maia

Devemos ser criados para a verdade, não apenas a verdade intelectual, mas a moral e a espiritual. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.” (Jo 8,32). A frase é conhecida, repetida, citada, mas raramente levada a sério. A verdade de que fala Cristo, que todos procuramos, não é um slogan, nem um instrumento de poder moral sobre os outros.

Conhecer a verdade permite-nos compreender melhor o mundo, reconhecer o outro na sua dignidade e dar coerência à nossa vida. No entanto, entre esta vocação para a verdade e a forma como frequentemente usamos a curiosidade existe uma distância demarcada e muitas vezes confundimos verdade com (des)informação.

Nunca tivemos acesso a tantos dados e nunca soubemos tanto sobre todos. Mas, paradoxalmente, talvez nunca tenhamos estado tão longe da verdade. O mundo digital transformou a curiosidade num mercado de consumo rápido, de fragmentos da vida alheia. A novidade alimenta conversas vazias e vale mais do que a profundidade das coisas; onde o número de *likes* e comentários imediatos substituem o silêncio que amadurece o juízo. Perdemos sabedoria!

A figura de *Herodes Antipas* permanece inquietantemente atual. Quis ver Jesus por curiosidade, não por conversão. Desejava o extraordinário, não a verdade e quando Cristo esteve diante dele, nada se alterou. É possível estar frente-a-frente com a Verdade e permanecer intacto.

O mundo de hoje mostra-nos que a manipulação da verdade raramente se apresenta como mentira, mas antes como recorte, como “prints”

manipulados, como frases descontextualizadas que facilitam o mexerico e a popularidade. A tecnologia amplificou a exposição, mas não formou o discernimento. E o “publicar” tornou-se sinónimo de revelar; e revelar é tido como sinónimo de coragem. Mas há revelações que não libertam — apenas ferem. A verdade utilizada como arma.

A ética determina diferenciar a compreensão da exposição. “Nem tudo o que é verdadeiro deve ser dito”. A tradição cristã sempre soube que a verdade caminha com a caridade. Sem Amor, a Verdade transforma-se numa arma; sem Verdade, o Amor dissolve-se. A maturidade espiritual permite-nos saber quando falar e quando guardar.

Quando alguém partilha um segredo, entrega algo frágil e íntimo. A forma como o acolhemos e o guardamos revela quem somos. A revolução nos dias de hoje pode não ter flores, mas necessitar de atos revolucionários feitos de silêncios e de confiança. Num mundo que monetiza a intimidade, proteger o que nos é confiado é um gesto raro e valioso.

A verdade não precisa de montra para existir, mas de liberdade interior e valores poderosos.

Talvez o nosso maior desafio não seja aprender a saber mais, mas aprender a respeitar melhor aquilo que não nos pertence conhecer. É preciso libertarmo-nos da concupiscência da novidade fácil e recuperar a coragem de procurar uma verdade que nos desinstale a *app*. Só assim a curiosidade deixa de ser dispersão e se torna caminho de sabedoria. Porque a verdade que liberta não é a que expõe o outro, mas antes a que nos converte a nós. 🗝️





SDEC

Inclusão de pessoas com deficiência na Igreja, nomeadamente na Catequese, e na Sociedade. Uma perspectiva histórica ⁽⁴⁾

Ana Faria

Idade Contemporânea [1789-até aos nossos dias] (cont.)

No dia 1 de Janeiro de 1911, o governo português aprovou a *Lei de Protecção à Infância (LPI)*, colocando o nosso País na vanguarda da protecção das crianças. De facto, “[...] apenas em 1924, a V Assembleia Geral da Sociedade das Nações viria a adoptar a Declaração de Genebra (de 26 de Setembro desse ano), como Carta dos Direitos da Criança.”¹

Esta Lei de 27 de Maio de 1911, publicada no Diário do Governo nº 137, de 14 de Junho de 1911, determina a criação da *Tutoria da Infância* como tribunal colectivo especial, que se destinava a guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa “educação e trabalho”. Promove, igualmente, a criação do *Refúgio da Tutoria Central de Lisboa*, com as divisões masculina e feminina. Cria, ainda, a *Federação Nacional dos Amigos e Defensores das*

*Crianças que “é a união jurídica, moral e facultativa de várias instituições, quer oficiais, quer particulares, de propaganda, educação e patronato, que deverão formar um verdadeiro sistema de higiene moral e social.”*² Ao mesmo tempo, separa e define quais os menores que necessitavam de apoio estatal: menores em perigo moral: abandonados, pobres, maltratados; menores desamparados: ociosos, vadios, mendigos ou libertinos; menores delinquentes: contraventores ou criminosos; menores indisciplinados; menores anormais patológicos, estando nesta situação aqueles que sofram de doença mental, fraqueza de espírito, epilepsia, histeria ou instabilidade mental.³

O *Instituto António Aurélio da Costa Ferreira* sucedeu, em 1929, ao *Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel*, criado em 1915, no âmbito da Casa Pia, onde se integrava. Foi a primeira instituição pública em Portugal dedicada à neuropsiquiatria infantil e à educação especial, tendo-se dedicado, nomeadamente, à formação de Professores de

¹ Cf. FREIRE, José Manuel; VIANA, Ana Paula - “1924-2024 - Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança”, in <https://am-lagos.pt/storage/2203/1L3jBVJl4atKUIcNzKifgF9LYzTOen-metaNjYgRGVjbGFyYcOnw6NvIGRvcyBEaXJlaXRvcyBkYXMgQ3JpYW7Dp2FzLnBkZg==-.pdf> [2025.10.19]

Cf. https://declaration2024.org/wp-content/uploads/2024/11/Portuguese_Declaracao-de-Genebra-sobre-os-Direitos-das-Criancas.pdf [2025.10.19]

² Cf. *LPI - Lei de Protecção à Infância* - Edição Comemorativa da Lei de Protecção da Infância, 27 de Maio de 1911, ed. da Faculdade de Psicologia Forense da Universidade Lusófona, Maio de 2010, in Nota Introdutória, nº 5.

³ Cf. *LPI, op. cit.*, do artg.26 ao artg.75, pp.19-28.



Educação Especial⁴. Destinou-se numa primeira fase ao internamento e tratamento especializado de 40 raparigas “anormais”, termo que englobava à época deficiências cognitivas, motoras e diversas perturbações psíquicas. A metodologia seguida associava os conhecimentos médicos, aos da pedagogia e da psicologia, procedendo-se assim ao diagnóstico de cada criança, para posteriormente se proceder à reabilitação, adaptada às suas limitações. A partir de 1935, foi dirigido pelo Prof. Victor Fontes, que lhe imprimiu uma dinâmica reconhecida internacionalmente⁵.

O Dr. J. A. Ferreira da Fonseca, que foi Director-Médico do Refúgio da Tutoria Central da Infância da Comarca de Lisboa (1912-1928), Membro da Sociedade de Ciências Médicas e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em 1930, publica o livro “*Estudos médico-sociais sobre a protecção a menores anormais e delinquentes*”, enfatizando a necessidade “[...] de criação de escolas e classes especiais para o ensino e educação dos anormais. Indica as vantagens da educação e tratamento médico-pedagógico, e faz a classificação destas crianças segundo uma orientação essencialmente prática, fundada na sua adaptação ao meio social. [...] Mostra a necessidade da assistência e protecção às mulheres grávidas e aos recém-nascidos pela acção das maternidades e obras maternas, e da educação da criança anormal no decurso da sua infância, puberdade e adolescência”. Ao mesmo tempo, “Formula com bastante desenvolvimento a técnica de observação da criança” que deverá passar pela “observação médica, observação pedagógica e [pela] observação psicológica”. Cita, ainda, vários autores que, nas primeiras décadas do século XX, definem

o conceito de uma criança anormal, dizendo, no entanto, que “*Estas definições são incompletas e não satisfazem os modernos princípios das sciências psicológicas e sociais*”.⁶

O movimento de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade em geral, surgiu principalmente após as Declarações da ONU sobre os Direitos do Deficiente Mental (1971)⁷, visando a obrigatoriedade dos cuidados médicos e a protecção contra o abuso e a exploração dos mesmos, bem como o direito à igualdade, e os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (1975)⁸, reafirmando os direitos humanos e as liberdades fundamentais das Pessoas com Deficiência, e integrando-as na promoção e no desenvolvimento económico.

Também a Constituição da República Portuguesa, de 1976, consagra o seu artigo 71^o aos Cidadãos portadores de deficiência, que na sua 4^a revisão, a 20 de setembro de 1997, no capítulo sobre *Direitos e deveres sociais*, tem a seguinte redacção: “1. Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados. 2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores. 3. O Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência.”⁹

⁴ Cf. SOUSA, Teresa Maria Farto Faria de, “*Contributos para a História do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira*”, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2002.

⁵ Cf. *ibidem*, p.33.

⁶ Cf. FONSECA, Joaquim A. Ferreira da, “*Estudos médico-sociais sobre a protecção a menores anormais e delinquentes*”, Tipografia do Reformatório Central de Lisboa, Caxias, Lisboa, 1930, pp. 8, 10, 21.

⁷ Cf. Resolução 2856 (XXVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1971, in <https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtosdeficientesmentais.pdf> [2025.10.19]

⁸ Cf. Resolução 3447 (XXX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1975, in <https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtosdeficientes.pdf> [2025.10.19]

⁹ Cf. Constituição da República Portuguesa - CRP - Artigo 71.^o - Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10; texto da 4^a revisão constitucional: Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de setembro, in **Diário da República** n.º 218/1997, Série I-A de 1997-09-20, pp.5130 – 5196, Parte I > Título III > Capítulo II. [2005.08.12]



Nesta linha, em 1980, é criada em Lisboa, a Associação Promotora de Emprego para Deficientes Visuais (APEDV)¹⁰.

Em 1981, a ONU institui o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AID)*, no seguimento do qual foi criada em Portugal, uma Comissão com representantes políticos de diferentes departamentos governamentais: do Secretariado Nacional da Reabilitação, da Comissão da Condição Feminina, do Instituto de Acção Social Escolar, bem como das Associações/Instituições ligadas à Deficiência, da Confederação Nacional das Associações da Família, da União das Misericórdias e da União das IPSS.s, bem como outras individualidades¹¹.

Ainda neste âmbito, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 172/81 de 21 de Julho, determina o dia 9 de Dezembro como o *Dia Nacional do Deficiente*, em Portugal; também nesse ano é editado o *“Guia do Deficiente”*¹².

Em 1982, a ONU lança o *Programa Mundial de Acção para as Pessoas com Deficiência*, a que se segue a *Década Internacional das Pessoas Deficientes (1983-1993)*; estas iniciativas, levaram à reflexão pelos Estados-membros, sobre a situação das pessoas com deficiência, originando a criação de legislação e movimentos de inclusão e igualdade.

Em 1983, com a publicação do Decreto-Lei n.º 40/83 de 25 de Janeiro, surge em Portugal, o regime de *Emprego Protegido*, que para além de estabelecer medidas de apoio e valorização para a inserção profissional de pessoas com deficiência, afirma na sua introdução que *“A Constituição da República consagra como obrigação do Estado a realização de uma política nacional de prevenção*

*e tratamento, reabilitação e integração social dos deficientes, devendo, pois, ser-lhes assegurado o exercício efectivo dos direitos reconhecidos e atribuídos aos cidadãos em geral, nomeadamente o direito ao trabalho”*¹³. Ainda no sentido das medidas de apoio ao emprego de pessoas com deficiência, a Assembleia da República emana, em 2001, um Decreto-Lei que *“estabelece quotas de emprego para pessoas com deficiência, com grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, em todos os serviços e organismos da administração central, regional autónoma e local.”*¹⁴ Esta legislação é reforçada em 2019, pela Lei n.º 4/2019 de 10 de Janeiro, que *“estabelece um sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, visando a sua contratação por entidades empregadoras do setor privado e organismos do setor público, não abrangidos pelo âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.”*¹⁵

A 6 de Junho de 1994, é organizada pela UNESCO a *Conferência de Salamanca ou Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais*, com a presença de 92 países e 25 organizações internacionais, que defende e promove a *Educação Inclusiva para as Pessoas com Necessidades Especiais*¹⁶.

Em 1998, celebra-se o *1.º Dia Internacional da Pessoa com Deficiência*, promovido pela ONU.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) publica, em 2001, a *Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (CIF – resolução WHA54.21 de 22 de Maio de 2001, que altera a antiga *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens* (ICIDH 2)¹⁷.

¹⁰ Cf. Associação Promotora de Emprego para Deficientes Visuais (APEDV), in <https://www.apedv.org.pt/> [2025.10.19]

¹¹ Cf. AID - *Diário da República n.º 294/1980, Série I de 1980-12-22*, pp. 4201 – 4202 [2025.10.19]

¹² Cf. DANTAS, Manuel, *“Guia do Deficiente”*, Ed. Presidência do Conselho de Ministros, Secretariado Nacional de Reabilitação Grafifacil, 1981.

¹³ Cf. Decreto-Lei n.º 40/83 de 25 de Janeiro, in <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1983/01/02000/01710174.pdf> [2025.10.19]

¹⁴ Cf. Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, in <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/29-2001-315563> [2025.10.19]

¹⁵ Cf. Lei n.º 4/2019, de 10 de Janeiro de 2019, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/4-2019-117663335> [2025.10.19]

¹⁶ Cf. <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/declaracao-salamanca.pdf> [2025.10.19]

¹⁷ Cf. <https://www.dgs.pt/estatisticas-de-saude/documentos-para-download/classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude-cif-pdf.aspx> [2025.10.19]



A definição de funcionalidade da OMS é um termo que engloba todas as funções do corpo, actividades e participação; de maneira similar, incapacidade é um termo que inclui deficiências, limitação de actividades ou restrição na participação. Articula também com os factores ambientais que interferem com essas questões.

Em Dezembro de 2006, é lançada a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)*¹⁸, que apenas entrou em vigor internacionalmente, em Maio de 2008.

A Convenção foca os aspectos dos direitos à acessibilidade, à justiça, à educação, à liberdade e à igualdade. A CDPD trata a deficiência como um conceito em evolução, resultante da interação entre deficiências e barreiras ambientais, e reconhece as Pessoas com Deficiência como cidadãos com direitos, focando a igualdade, a não discriminação e acessibilidade.

Portugal, que em 2004, tinha definido as bases gerais do *regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência*¹⁹, assinou a Convenção em Março de 2007, mas ratificou-a somente em Setembro de 2009, tendo entrado em vigor, em Outubro de 2009. De facto, em Julho desse mesmo ano, é emanada a Resolução nº 56/2009 de 30 de Julho, aprovada pela Assembleia da República e ratificada pelo Presidente da República pelo decreto nº 71/2009 de 30 de Julho²⁰.

Logo de seguida, nesse mesmo mês, o governo português cria o *Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Inca-*

pacidades, bem como o *Fórum para a Integração Profissional* reforçando legislação anterior²¹.

Em relação à inclusão de crianças com deficiência nos diversos graus do Ensino, o Ministério da Educação emanou o Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, alterado pela Lei nº 21/2008, de 12 de Maio; esta legislação define os apoios especializados a prestar à Educação Pré-Escolar e aos Ensinos Básico e Secundário dos sectores público, particular e cooperativo, preconizando um “*sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos*”²².

Ainda em Outubro de 2009, a Assembleia da República aprova um diploma que cria o *Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI)*, definindo o seu funcionamento, “*na sequência dos princípios vertidos na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade 2006-2009*”²³; no âmbito desse programa é criada a *Comissão de Coordenação do SNIPI*²⁴, alargado posteriormente com o Programa de Apoio e Qualificação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância,²⁵ a um “*conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social*”. 📌

¹⁸ Cf. https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf [2025.10.19]

¹⁹ Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto, in <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2004-480708> [2025.10.19]

²⁰ Cf. - Publicação em Diário da República I, nº 146, de 30/07/2009-Resolução da Assembleia da República nº 56/2009. In <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia> [2025.10.19]

²¹ Cf. Decreto-Lei nº 290_2009 - Diário da República n.º 197_2009, Série I de 2009-10-12, que reforça e enquadra o Decreto-Lei 40/83 de 25 de Janeiro e o Decreto-Lei 247/89 de 5 de Agosto. [2025.10.19]

²² Cf. Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, in *Diário da República n.º 4/2008, Série I de 2008-01-07*, pp 154 – 164; Lei nº 21/2008 de 12 de Maio, in *Diário da República n.º 91/2008, Série I de 2008-05-12*, pp 2519 – 2521 [2025.10.20]

²³ Cf. Decreto-Lei nº 281/2009, de 6 de Outubro, in <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/281-2009-491397> [2025.10.20]

²⁴ Cf. Despacho nº 405/2012, de 13 de Janeiro, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/405-2012-2150526> [2025.10.20]

²⁵ Cf. Portaria nº 293/2013 de 26 de setembro, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/293-2013-500428> [2025.10.20]





LITURGIA

PALAVRA DE DEUS

III DOMINGO DA QUARESMA

8 de março de 2026

Ano A

Leitura do Livro do Êxodo Ex 17, 3-7

Naqueles dias, o povo israelita, atormentado pela sede, começou a altercar com Moisés, dizendo: «Porque nos tiraste do Egito? Para nos deixares morrer à sede, a nós, aos nossos filhos e aos nossos rebanhos?». Então Moisés clamou ao Senhor, dizendo: «Que hei de fazer a este povo? Pouco falta para me apedrejarem». O Senhor respondeu a Moisés: «Passa para a frente do povo e leva contigo alguns anciãos de Israel. Toma na mão a vara com que fustigaste o Rio e põe-te a caminho. Eu estarei diante de ti, sobre o rochedo, no monte Horeb. Baterás no rochedo e dele sairá água; então o povo poderá beber». Moisés assim fez à vista dos anciãos de Israel. E chamou àquele lugar Massa e Meriba, por causa da alteração dos filhos de Israel e por terem tentado o Senhor, ao dizerem: «O Senhor está ou não no meio de nós?». Palavra do Senhor.

Salmo Responsorial Salmo 94 (95)

Se hoje ouvirdes a voz do Senhor,
não fecheis os vossos corações.

Leitura da Epístola do apóstolo São Paulo aos Romanos Rom 5, 1-2.5-8

Irmãos: Tendo sido justificados pela fé, estamos

em paz com Deus, por Nosso Senhor Jesus Cristo, pelo qual temos acesso, na fé, a esta graça em que permanecemos e nos gloriamos, apoiados na esperança da glória de Deus. Ora, a esperança não engana, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado. Quando ainda éramos fracos, Cristo morreu pelos ímpios no tempo determinado. Difícilmente alguém morre por um justo; por um homem bom, talvez alguém tivesse a coragem de morrer. Mas Deus prova assim o seu amor para conosco: Cristo morreu por nós, quando éramos ainda pecadores. Palavra do Senhor.

Aclamação antes do Evangelho

A salvação, a glória e o poder
a Jesus Cristo, Nosso Senhor.

Evangelho segundo São João Jo 4, 5-42

Naquele tempo, chegou Jesus a uma cidade da Samaria, chamada Sicar, junto da propriedade que Jacob tinha dado a seu filho José, onde estava o poço de Jacob. Jesus, cansado da caminhada, sentou-se à beira do poço. Era por volta do meio-dia. Veio uma mulher da Samaria para tirar água. Disse-lhe Jesus: «Dá-Me de beber». Os discípulos tinham ido à cidade comprar alimentos. Respon-



deu-Lhe a samaritana: «Como é que Tu, sendo judeu, me pedes de beber, sendo eu samaritana?». De facto, os judeus não se dão com os samaritanos. Disse-lhe Jesus: «Se conhecesses o dom de Deus e quem é Aquele que te diz: 'Dá-Me de beber', tu é que Lhe pedirias e Ele te daria água viva». Respondeu-Lhe a mulher: «Senhor, Tu nem sequer tens um balde, e o poço é fundo: donde Te vem a água viva? Serás Tu maior do que o nosso pai Jacob, que nos deu este poço, do qual ele mesmo bebeu, com os seus filhos e os seus rebanhos?». Disse-Lhe Jesus: «Todo aquele que bebe desta água voltará a ter sede. Mas aquele que beber da água que Eu lhe der nunca mais terá sede: a água que Eu lhe der tornar-se-á nele uma nascente que jorra para a vida eterna». «Senhor, – suplicou a mulher – dá-me dessa água, para que eu não sinta mais sede e não tenha de vir aqui buscá-la». Disse-lhe Jesus: «Vai chamar o teu marido e volta aqui». Respondeu-lhe a mulher: «Não tenho marido». Jesus replicou: «Disseste bem que não tens marido, pois tiveste cinco e aquele que tens agora não é teu marido. Neste ponto falaste verdade». Disse-lhe a mulher: «Senhor, vejo que és profeta. Os nossos antepassados adoraram neste monte, e vós dizeis que é em Jerusalém que se deve adorar». Disse-lhe Jesus: «Mulher, acredita em Mim: Vai chegar a hora em que nem neste monte nem em Jerusalém adorareis o Pai. Vós adorais o que não conheceis; nós adoramos o que conhecemos, porque a salvação vem dos judeus. Mas vai chegar a hora – e já chegou – em que os verdadeiros adoradores hão de adorar o Pai em espírito e verdade, pois são esses os adoradores que o Pai deseja. Deus é espírito e os seus adoradores devem adorá-l'O em espírito e verdade». Disse-Lhe a mulher: «Eu sei que há de vir o Messias, isto é, Aquele que chamam Cristo.

Quando vier, há de anunciar-nos todas as coisas». Respondeu-lhe Jesus: «Sou Eu, que estou a falar contigo». Nisto, chegaram os discípulos e ficaram admirados por Ele estar a falar com aquela mulher, mas nenhum deles Lhe perguntou: «Que pretendes?», ou então: «Porque falas com ela?». A mulher deixou a bilha, correu à cidade e falou a todos: «Vinde ver um homem que me disse tudo o que eu fiz. Não será Ele o Messias?». Eles saíram da cidade e vieram ter com Jesus. Entretanto, os discípulos insistiam com Ele, dizendo: «Mestre, come». Mas Ele respondeu-lhes: «Eu tenho um alimento para comer que vós não conheceis». Os discípulos perguntavam uns aos outros: «Porventura alguém Lhe trouxe de comer?». Disse-lhes Jesus: «O meu alimento é fazer a vontade d'Aquele que Me enviou e realizar a sua obra. Não dizeis vós que dentro de quatro meses chegará o tempo da colheita? Pois bem, Eu digo-vos: Erguei os olhos e vede os campos, que já estão loiros para a ceifa. Já o ceifeiro recebe o salário e recolhe o fruto para a vida eterna e, deste modo, se alegra o semeador juntamente com o ceifeiro. Nisto se verifica o ditado: 'Um é o que semeia e outro o que ceifa'. Eu mandei-vos ceifar o que não trabalhastes. Outros trabalharam e vós aproveitais-vos do seu trabalho». Muitos samaritanos daquela cidade acreditaram em Jesus, por causa da palavra da mulher, que testemunhava: «Ele disse-me tudo o que eu fiz». Por isso os samaritanos, quando vieram ao encontro de Jesus, pediram-Lhe que ficasse com eles. E ficou lá dois dias. Ao ouvi-l'O, muitos acreditaram e diziam à mulher: «Já não é por causa das tuas palavras que acreditamos. Nós próprios ouvimos e sabemos que Ele é realmente o Salvador do mundo».

Palavra da salvação. 📖



LITURGIA DIÁRIA

liturgia.pt/liturgiadiaria/



NEM SÓ DE PÃO

COMENTÁRIO À LITURGIA DOMINICAL

P. ANTÓNIO COELHO



Sede de água viva, sede de Deus

Recorda-nos o texto da primeira leitura como o povo de Israel, depois de ter sido libertado do Egito, fatigado por causa da caminhada pelo deserto, começa a exigir a Moisés água para matar a sua sede. E surge o pensamento: não seria melhor termos ficado no Egito? Aí, apesar de esmagados pelo trabalho, apesar da condição de escravos, pelo menos sempre havia água e pão!

Esta experiência do povo de Deus diz-nos que nem sempre são fáceis os caminhos da libertação, os caminhos da liberdade, os caminhos da procura da felicidade. E, sobretudo, diz-nos que no seu percurso é sempre grande a tentação de desanimar e de desistir perante as dificuldades. Contudo, uma verdade prevalece: mesmo no meio do desânimo e da revolta, Deus continua a estar presente. Deus não abandona o seu povo. Ele continua a ser a fonte onde saciar as sedes mais profundas.

Também em Jesus há a experiência do cansaço, da fadiga e da sede. Contudo, é essa mesma experiência, traduzida no pedido feito à mulher samaritana («Dá-me de beber!»), que dá início, no evangelho, a um bonito diálogo sobre a sede mais profunda que há em cada pessoa, a sede de bem, de paz, de felicidade. Uma sede que só a água viva pode matar. E se, a princípio, aquela mulher surge admirada e receosa, vemos que à medida que o diálogo se desenrola, a sua confiança e a sua fé vão crescendo. Como são maravilhosas para ela as Palavras que ela escuta de Jesus. Ele conhece a sua vida, as suas dores, os seus pecados. Contudo, e

apesar disso, não a condena: acolhe-a, perdoa-lhe, desafia-a a caminhar em frente.

Por isso, pouco a pouco, aquela mulher vai abrindo o segredo da sua vida ao Senhor. Pouco a pouco ela deixa de conversar acerca da água física, da água do poço, para falar das suas inquietações. Tem a certeza de que aquele homem não é um viajante qualquer. Ele é a Fonte de Água Viva. Daí a samaritana pedir a Jesus: «dá-me dessa Água».

Encantada com tudo o que ouve, aquela mulher sabe saborear o dom que lhe é dado. Por isso, deseja ir mais longe e quer saber onde se deve adorar Deus e, naturalmente, o mais importante, como se deve adorar.

Esta ânsia de descobrir Deus vai tornar aquela mulher numa evangelizadora dos seus irmãos. Ela não só reconhece os seus pecados e transforma a sua vida, como corre a contar aos outros o que lhe aconteceu. A todos ela vai levar a notícia de que há um peregrino que é capaz de entender os corações despedaçados e de lhes dar esperança, de lhes matar a sede de paz e de encontro com Deus.

Como podemos dar conta, esta mulher insatisfeita, que procura um caminho para a sua vida, aparece sempre sem nome. Poderíamos dizer que ela nos representa a todos nós enquanto pessoas à procura de uma vida diferente, de uma vida com sentido, no fundo, à procura de Deus... à procura dessa fonte de água viva que nos preencha e enriqueça interiormente. 📖



CÂNTICOS

IV DOMINGO DA QUARESMA

15 de março de 2026

Ano A

*O que cantamos em:***MIDÕES**

Com o contributo de

 *Ana Paula Neves***Entrada**

Iremos com alegria | NCT 324

Comunhão

Senhor eu creio que sois Cristo | CNL 910

Pós-comunhão

Luz terna suave | NCT 454

Final

Exulta de alegria | NCT 740

SOURE

Com o contributo de

 *Jorge Sousa Pereira***Entrada**

Alegra-te Jerusalém | NCT 193

Apresentação dos dons

Em Vós, Senhor está a fonte | NCT 401

Comunhão

Aproximai-vos do senhor | NCT 216

Pós-comunhão

Cristo Senhor és o guia | NCT 325

Final

Exulta de alegria no Senhor | NCT 471

NCT - Novo Cantemos Todos
 CNL - Cantoral Nacional Liturgia
 L - Laudate - canticos.pt





AGENDA

DIOCESE

05
MAR. 2º ENCONTRO QUARESMA
- CATEQUISTAS E ANIMADORES (SDEC)

Online, às 21h00.

07
MAR. PRIMEIRO ENCONTRO DO CICLO DE FORMAÇÃO
“ACOLHER, CONGREGAR E SERVIR”

Iniciativa do Secretariado Diocesano da Pastoral da Família,
em Chão de Couce, a partir das 09h30.

FORMAÇÃO «PARÓQUIA- ESPAÇO SEGURO»

Iniciativa da Comissão de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis,
acontece pelas 10h00, no salão paroquial S. José, Coimbra.

10
MAR. PRIMEIRO ENCONTRO DO CICLO “AS ENTRELINHAS NOS
TEXTOS DE MATEUS”, COM FREDERICO LOURENÇO

Capela da Universidade, pelas 18h00. **Informações.**

12
MAR. 3º ENCONTRO QUARESMA
- CATEQUISTAS E ANIMADORES (SDEC)

Online, às 21h00.



20 MAR. A VIDA OCULTA DE JESUS

Iniciativa promovida pelo Secretariado Diocesano da Pastoral da Cultura, no Centro de Artes Visuais.

NACIONAL

01a08 MAR. SEMANA CÁRITAS

07e08 6.º ENCONTRO/PEREGRINAÇÃO NACIONAL MAR. DO MOVIMENTO CPM AO SÂNTUÁRIO DE FÁTIMA.

Programa.

09 MAR. WEBINAR SOBRE «SAÚDE MENTAL DOS JOVENS – RECONHECER PARA ACOMPANHAR».

A iniciativa é organizada pelos Salesianos, é online, gratuita, mas com inscrição obrigatória.

VATICANO

28 MAR. PAPA VISITA O PRINCIPADO DO MÓNACO

13e23 ABR. PAPA VISITA ÁFRICA

06e12 MAR. PAPA VISITA ESPANHA E ILHAS CANÁRIAS



O grande espaço diocesano de reflexão partilhada
a partir da fé sobre os acontecimentos eclesiais,
a vida das comunidades e a cultura atual.

CORREIO DE **COIMBRA**

Semanário da Diocese de Coimbra

VISITE-NOS EM WWW.CORREIODECOIMBRA.PT